



Revista del CESLA

ISSN: 1641-4713

bebereza@uw.edu.pl

Uniwersytet Warszawski

Polonia

FONSECA GADELHA, Regina Maria A.

Problemas ambientales y planificación económica en las mega obras de Brasil. Una abordage crítica
de Celso Furtado

Revista del CESLA, vol. 2, núm. 13, 2010, pp. 473-491

Uniwersytet Warszawski

Varsovia, Polonia

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243316493008>

- [Cómo citar el artículo](#)
- [Número completo](#)
- [Más información del artículo](#)
- [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

PROBLEMAS AMBIENTALES Y PLANIFICACIÓN ECONÓMICA
EN LAS MEGA OBRAS DE BRASIL.
UNA ABORDAJE CRÍTICA DE CELSO FURTADO
*Environmental and Economic Planning in the Mega Works of Brasil.
Critical Approach to Celso Furtado*

Regina Maria A. FONSECA GADELHA*

*A los enseñamientos humanistas
de Andrzej Dembicz*

Fecha de recepción: mayo del 2010

Fecha de aceptación y versión final: octubre del 2010

RESUMEN: En el transcurso de las mega obras de Brasil, establecidas por el PAC (gobierno Lula, 2006-2010), la realización de grandes obras en los sectores energético y la transposición de las aguas del río San Francisco, como “solución” a los problemas de la sequía en Nordeste, ponen en riesgo los frágiles biomas de la Amazonía y del Nordeste semi-árido. Procurando alertar sobre el desastre que representa la transposición de las aguas del gran río y más allá de los enfoques reformistas, el artículo recuerda el diagnóstico para la región del economista Celso Furtado, primero en defender en Brasil la necesidad de acciones políticas mediante el empleo de técnicas de Planeamiento económico de largo plazo.

Palabras clave: Plan económico, gestión, desarrollo, intereses económicos, impactos ambientales.

ABSTRACT: The PAC (Lula’s Government 2006-2010) as a huge Brazilian macroeconomic projects to enlarge Energetic Sectors, the dam waters transposing of the São Francisco’s river as solution to the Northeast drought, are putting into danger the fragile Amazonian biome’s and semi-arid Northeast. Seeking to alert about the disasters that dam water transposition represents to large rivers and also going further than the reformists focus, this paper remember the diagnosis to the regional Celso Furtado’s works, first one to defend the need to integrate sustainable policy actions with large-scale strategic economic planning.

Keywords: Economic planning, gestion, development, economic interests, environmental impacts.

I. INTRODUÇÃO

A iminência de desastres ecológicos no Brasil, provocados pela volúpia dos gestores do Estado brasileiro, associados a empresários (nacionais e transnacionais) ameaça os frágeis biomas das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nesse sentido, o mega-programa do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento (2006-2010),

* Prof. Dra. Regina Maria A. Fonseca Gadelha – historiadora, Professora titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC/SP).

carro-chefe apresentado pelo governo de Inácio Lula da Silva e sua pretensa sucessora, a Ministra Dilma Rouseff, obriga repensar a longa trajetória do desenvolvimentismo brasileiro. De fato, não apenas os rios amazônicos e a floresta estão ameaçados e em via de extinção. Da grande Amazônia (área de 7 milhões de km² que o Brasil reparte com 8 países vizinhos), 60% encontra-se em território nacional brasileiro, sob a responsabilidade dos governos de 9 Estados da Federação. E a abundância dos recursos florestais, minerais e hídricos dessa vasta região, desperta as cobiças de empresários internacionais desde o século XIX.

Sem embargo, a floresta tem resistido. Porém, ao lado da ameaça de destruição florestal, outra se ergue: a ameaça das mineradoras e empreiteiras de construção de grandes hidrelétricas¹, formadoras de grandes lagos destrutivos, obras tornadas possíveis pela tecnologia dos homens, o homem domando o espaço e a natureza. Até que ponto se pode avançar em nome do progresso?² Esta grande questão precisa ser respondida. Artigo do professor José Galizia Tundisi, publicado na importante revista *Estudos Avançados* da USP³, afirma que a continuidade da atual matriz energética brasileira implica na expansão da exploração de hidroenergia na Amazônia, onde se concentram 52% do potencial hidroenergético do país. Caso construídas todas as obras previstas, os efeitos ambientais da construção dos grandes lagos exigidos como reservatório das usinas, os efeitos ambientais serão praticamente irreversíveis. Algumas áreas a serem inundadas ocuparão área 30% maior do que a da metrópole de São Paulo, como o projeto de construção das cinco usinas do Complexo Tapajós, previsto para ser iniciado ainda este ano, em área de preservação ambiental, e cujas áreas a serem inundadas formarão um grande lago de 1.980 km².

Além da emissão de gases de efeito estufa, que já ocorre nos reservatórios das hidrelétricas do Sul e Sudeste do Brasil e em outras áreas de reservatórios Amazônicos, os impactos da construção das novas hidrelétricas provocarão efeitos ainda maiores, decorrentes da decomposição de vegetação terrestre inundada, a exemplo do desastre de Tucuruvi. Ou seja, a grande área inundada, a deterioração da qualidade da água e a perda de serviços dos ecossistemas terrestres e aquáticos, incluindo a biodiversidade e a alteração dos processos, provocarão um custo ambiental e social sem volta, e afetarão não só a vida animal e humana de milhares

¹ A extração de bauxita, matéria prima do alumínio, sobretudo, exige grande quantidade de energia, obrigando a construção de enormes usinas hidrelétricas (e seus reservatórios) rapidamente consumíveis, a exemplo do desastre ecológico de Tucuruí (Pará), construída em benefício da extração do minério pela transnacional ALCOA, no governo do General Ernesto Geisel, mas cuja dívida foi paga pelo povo brasileiro.

² Almeida, Rogério, “Amazônia, Pará e o mundo das águas do baixo Tocantins”, *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 24 (68), pp. 291-319. Mai/Juil. 2010.

³ Tundisi, José Galizia, “Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia”, *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 21 (59). Jan./Apr. 2007.

de indivíduos (índios, brancos, caboclos) que há séculos (ou mesmo milênio) habitam as margens das bacias dos rios que sofrerão intervenção. A fauna e a flora, animais e peixes, árvores e insetos, todo um mundo silvícola desaparecerá e a população ribeirinha será obrigada a migrar em busca de trabalho e locais para morar, passando a vegetar (caso dos homens) no entorno dos grandes conurbados urbanos. Mas também colocarão em perigo outros habitantes e o próprio planeta. O perigo, portanto, não se encontra apenas na construção da hidrelétrica de Belmonte, no rio Tapajós, divulgada pela imprensa mundial, mas nos desequilíbrios ecológicos provocados pela exploração irracional dos rios de toda a bacia amazônica, maior área de água doce do planeta.

Menos divulgada internacionalmente, outra mega-obra política de engenharia e concretagem, ligando os Estados e as empresas brasileiras, ameaçam o bioma sertanejo, desta vez a região leste e o semi-árido do Nordeste do Brasil. Trata-se da transposição do rio São Francisco, rio da “unidade nacional” como é chamado, trilhado pelos antigos portugueses desde o século XVI e que conduziu milhares de sertanistas ao interior dos sertões do Brasil. O “velho Chico” como é carinhosamente chamado pelos habitantes de suas margens, nasce nas serras de Minas Gerais e depois de atravessar este estado do Brasil, penetra e corta transversalmente de sul a norte todo o Estado da Bahia, drenando suas águas um raio de 641 mil km² nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, onde finalmente deságua no mar, após percorrer 2.700 km. Mas a influência de sua bacia alcança ainda os estados de Goiás e o Distrito Federal. Suas margens levam vida para 446 municípios, ou seja, quase 10% dos 8.514.876 km² do território nacional. Portanto, é responsável pela vida de centenas de milhares de habitantes, que vivem da pecuária, atividades agrícolas e pesca, comércio e navegação. Além de vidas humanas, abriga quatro áreas de proteção ambiental (APA), que reúnem espécies vegetais e animais, muitos dos quais sobreviventes da devastação da antiga mata atlântica do litoral do Brasil. O rio, entretanto, sofre degradações provocadas não somente pela erosão decorrente das atividades agrícolas em suas margens, mas sobretudo a construção de 5 hidrelétricas, entre as quais a mais antiga do Brasil, Paulo Afonso, e a de Sobradinho, formadora de vasto lago (320 km²) que inundou a cidade do mesmo nome. Estas hidrelétricas estão sob controle da CHESF, empresa estatal responsável da produção e distribuição de energia elétrica para todo o Nordeste, além da implantação de centenas de projetos de irrigação que possibilitam exploração agrícola de frutas cítricas para exportação, em áreas do sertão semi-árido da Bahia e de Pernambuco, inclusive frutas não tropicais, como uva e pêssego, a exemplo do Projeto de Irecê.

Apesar de antigo, o mega-projeto de transposição das águas do Rio São Francisco surgiu das fáceis soluções características do imediatismo tecnocrata, para o grave problema das secas nordestinas. Trata-se de transpor 3% das águas do São Francisco para alimentar os rios da bacia setentrional do Nordeste do Brasil, desconsiderando os alertas de técnicos e especialistas sobre os impactos ambientais

e o enorme risco hidrológico para a sobrevivência do próprio rio, vindos de prestigiosos pesquisadores da FUNDAJ-Fundação Joaquim Nabuco, de Pernambuco, e do Sudeste, como o Professor Dr. Aziz Ab'Sáber, considerado o maior cientista geomorfólogo e climático do Brasil.

O projeto diz que será preciso tirar 1% das águas do rio para transpor por cima da chapada do Araripe e descer para o Ceará. Quem chegou a essa conclusão deveria conhecer melhor a climatologia dinâmica dessas regiões, que faz com que as águas do rio fiquem mais altas ou mais baixas, dependendo da época do ano. Essa água pode significar uma réstia de água em um momento ou, durante o período de chuvas ns sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte, por exemplo, nem seria preciso enviar água do São Francisco”, observa Ab'Sáber⁴.

O pesquisador João Suassuna da FUNDAG, em inúmeros artigos contra as obras de transposição, lembra que o Nordeste já possui muita água acumulada nas represas, em volume suficiente para o atendimento das necessidades das populações, não se justificando, portanto, a realização de um projeto que irá transportar volumes de água do São Francisco para 500 km do local do consumo. Além do mais, afirma:

existem estudos [a CHESF] que atestam que o Velho Chico está diminuindo de volume, o que irá exigir uma atenção desdobrada quanto à utilização de suas águas, situação esta agravada ainda pelos usos conflituosos já praticados no caudal e pelas adversidades encontradas no ambiente natural da região, principalmente aquelas relativas ao clima (semi-árido) e à geologia (escudo cristalino) de sua bacia⁵.

Dentre os riscos técnicos da transposição, Suassuna assinala:

1. riscos de geração de energia elétrica, a exemplo do ocorrido em 2001, período no qual o rio apresentou baixos volumes, havendo necessidade inclusive de proceder racionamento de energia;
2. a gestão volumétrica praticada a jusante de Sobradinho (cerca de 1.100 m³/s) para a recuperação das águas, após ter possibilitado a geração de energia para satisfação das demandas do Nordeste e o envio de excedentes para o Centro-Sul do país, contrariando inclusive determinações do órgão ambiental do IBAMA, que estabeleceu uma vazão mínima, na foz do São Francisco, de 1.300 m³/s;
3. a péssima qualidade das águas do rio, exemplo que já vem ocorrendo na cidade de Januária, abastecida através de poços tubulares, em virtude da água do rio, naquela localidade, apresentar-se imprópria para consumo

⁴ Conferência na 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

⁵ Suassuna, “O ano de 2010 e o futuro do rio São Francisco”. Recife: FUNAJ, 2010. On_line.

- humano⁶;
4. a diminuição das vazões de base do São Francisco, conseqüência direta do uso indiscriminado de sistemas de irrigação de alto consumo hídrico, principalmente com as culturas da soja e do café, nas regiões norte de Minas Gerais e oeste da Bahia, sobre o aquífero Urucuia, uma das principais fontes mantenedoras das vazões do rio;
 5. finalmente a intensa salinidade das terras do semi-árido do sertão, que deverá ser atravessado pelo rio. Por outro lado, nas regiões por onde estão sendo construídos os canais do projeto, já foi identificado pelos ambientalistas (e inclusive constatado por engenheiros do Exército brasileiro responsáveis da execução da primeira etapa das obras), o surgimento de núcleos de desertificação, agravando um problema que já estava em curso. (Suassuna, 2010).

Autor de vários projetos de planificação econômico-ambiental⁷, Ab'Sáber chama a atenção para a necessidade de melhoria dos planejamentos econômicos:

Uma das grandes coisas que aprendi em minha vida é a necessidade de ouvir o povo antes de qualquer tipo de planejamento, ainda mais em um empreendimento desse porte”, alerta. “Para planejar é necessário estudar muito mais do que a viabilidade técnica e econômica. É preciso saber o tipo de conhecimento que conduziu aos projetos dentro de um plano de ações. Além de se preocupar com a viabilidade ambiental, ecológica e social em relação ao entorno da ocupação humana do espaço considerado, o bom planejamento envolve ainda previsão dos impactos que qualquer projeto desenvolvimentista demanda⁸.

II. CONTRIBUIÇÃO DE CELSO FURTADO AO PLANEJAMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE: A BUSCA DE SOLUÇÕES

Em termos de planejamento, a previsão de impactos, ensina Ab'Sáber, vem logo depois da análise de todas as viabilidades. Nesse sentido, planejamento é a “arte-ciência de saber o que vai acontecer em diferentes profundidades do futuro”. Por isso “deve ser feito por pessoas independentes, não vinculadas aos interesses

⁶ De fato, o São Francisco abastece e recolhe a rede de esgoto de todas as cidades dos municípios que percorre, além da poluição provocada pelos defensivos químicos das lavouras agrícolas e a poluição que vem de rios de outras cidades e que contaminam suas águas.

⁷ Ab'Sáber, A.; Rodés, L. & Zulauf, W. “Projeto FLORAM e desenvolvimento sustentável. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 10 (27), pp.307-316, 1996; Ab'Sáber, *Os domínios da natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2003; Idem. “Nordeste sertanejo: a região semi-árida mais povoada do mundo”, *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 13 (35), pp. 60-68, 1999, entre dezenas de outros estudos.

⁸ Ab'Sáber, *ibidem*, on-line.

comerciais do projeto”.

No campo das políticas públicas e do planejamento econômico, estas questões já haviam sido formuladas há 27 anos por Celso Furtado e guardam em sua atualidade, os ensinamentos deste economista para as gerações do presente. Por isso, vale a pena considerar o que escreveu. Antes de tudo, quem foi Celso Furtado? Da formação humanista positiva do Direito à Economia, estamos diante de um dos grandes pensadores brasileiros do século XX. Um dos fundadores da CEPAL, atuou como colaborador de Raúl Prebisch e é considerado, juntamente com ele, formulador da teoria histórico-estruturalista cepalina. Porém, ao concentrar os estudos na busca de alternativas para a superação do subdesenvolvimento do Brasil, Furtado teve vôo próprio. Ele não somente questionou a validade da aplicação, na América Latina, das teorias elaboradas pelos economistas dos países centrais como pregou a necessidade da formulação de novas teorias embasadas no conhecimento específico de nossa realidade, contribuindo para a formulação de uma nova forma específica de pensar e resolver os problemas latino-americanos.

No Brasil, como economista à frente do BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento, da SUDENE ou como Ministro do Planejamento e professor, pregou a superação da tradição econômica de enfoque neoclássico estrangeira, demonstrando a eficácia do Planejamento Econômico para a solução dos problemas estruturais de longo prazo. Algo raro entre os economistas e cientistas sociais latino-americanos, chama atenção pela coerência de pensamento que manteve ao longo de cinquenta anos de intensa produção científica, com trabalhos envolvendo desde importantes análises pertinentes à nossa realidade até uma filosofia humanística em que reafirma ser finalidade última do cientista econômico social, a capacidade de criar e desenvolver um instrumental de planificação voltado para o desenvolvimento da nação, considerada como um todo. Nesse sentido, escreve, cabe ao economista a tarefa de criar as condições materiais necessárias para o desenvolvimento integral do homem, objeto que legitima sua intervenção⁹. Porém não confunde desenvolvimento com crescimento econômico, de conteúdo estritamente economicista. Nesse sentido, recusa aceitar a ideia de “desenvolvimento” como mera *performance* internacional, dissociado das estruturas sociais do país¹⁰. Daí a importância da interdisciplinaridade do enfoque histórico-estruturalista da CEPAL, teoria da qual jamais se afastou.

Homem de ação, Furtado não se contenta em observar. Para ele a Economia Política deve conter necessariamente uma Filosofia para a Ação. Escreve em *A Pré-Revolução Brasileira*: “A análise dos processos econômico-sociais não tem outro

⁹ Gadelha, Regina Maria A.F. “Pensamento hegemônico versus emancipação”, *Pesquisa & Debate*, São Paulo, PPGEP-PUC/SP, 15-2 (26), pp. 209-224, jul/dez.2004.

¹⁰ Furtado, Celso, *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 77-79.

objetivo senão produzir um guia para a ação”¹¹. Entende ser o desenvolvimento um meio que permite o alargamento das bases materiais da vida social e individual, condição essencial para a plenitude do desenvolvimento do ser humano. Daí a responsabilidade dos governantes de países periféricos subdesenvolvidos, pois o Estado é neles o único organismo com capacidade jurídica para intervir e abrir os caminhos necessários ao resgate dos cidadãos. Indicar os caminhos deste processo, indica, deveria ser o autêntico objetivo da ação econômica¹².

Sem embargo, para atingir esta meta, o Brasil dos anos cinquenta deveria preservar os frágeis caminhos da democracia, a fim de poder criar as condições para uma rápida e efetiva mudança de sua anacrônica estrutura, sobretudo a agrária.¹³ Sabemos que no Brasil nem a democracia foi preservada, nem ocorreram as necessárias mudanças estruturais apregoadas por ele. Considera, com razão, o agravamento dos desequilíbrios regionais como uma consequência da falta de uma política nacional voltada para o desenvolvimento, em sua mais ampla acepção.¹⁴ Desde a publicação da *Pré-Revolução Brasileira* (1962), entretanto, se aprofundaram as mazelas nacionais decorrentes das disparidades dos níveis de produtividade e de renda entre os diversos grupos demográficos da nação, aumentando a dependência externa e aprofundando as disparidades econômico-sociais e regionais através da injusta e imoral política de distribuição da renda e, em época de globalização e neoliberalismo dos dias atuais a temática da miséria e da pobreza da população do Nordeste brasileiro, uma de suas constantes preocupações, volta à moda na pauta dos discursos políticos. A fim de reverter da região o atraso econômico-social, ao invés de se realizar as reformas profundas necessárias à região, tais uma ampla e eficiente reforma da estrutura agrária, entendida como reformulação do espaço fundiário, prega-se a transposição das águas do rio São Francisco, forma simplista e economicamente rentável para os que dela se beneficiam, para tentar resolver o complexo problema social regional das secas. Por todas estas questões, torna-se premente o resgate de alguns textos, menos divulgados, de Celso Furtado sobre a problemática do Nordeste e os problemas de seca do sertão semi-árido, ao lado das propostas que formulou como Superintendente da SUDENE-Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, órgão concebido por ele.

De fato, este paraibano, nascido no sertão semi-árido, não fugiu aos desafios de enfrentamento de sua região. Sua experiência pessoal encontraria respaldo em estudos anteriores, elaborados por engenheiros e técnicos agrônomos do antigo

¹¹ Idem, *A Pré-Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962, p. 16.

¹² Idem., pp. 20-21.

¹³ Gadelha, Regina Maria A. F., “Kwestia agrarna w Brazylji: ewolucja i stan obecny”. *Ameryka Lacińska*, Warszawa, CESLA Uniwersytet Warszawski, 2, pp. 44-60, 1997.

¹⁴ Furtado, id., p. 103.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que ensinaram ser o problema do Nordeste provocado não apenas pelo regime de secas periódicas, controladas pelo “nino”, mas sobretudo pela estrutura da terra e de poder dos latifundiários sobre os homens. A oportunidade de colocar suas idéias em execução, surgiu quando, ainda responsável pela Diretoria de Estudos do BNDE (Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico), foi chamado pelo Presidente Juscelino Kubistchek para sugerir soluções ao problema da grande seca de 1958, na região. Surgia assim a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada em 15 dezembro 1959 por Kubistchek, órgão independente e dotado de verba orçamentária própria, diretamente ligado à Presidência da República.

Entretanto a criação da SUDENE somente se tornou possível devido às pressões políticas e sociais regionais decorrentes de mais de uma década de seca, o que agitou as consciências de toda a nação brasileira. De fato, às secas de 1951 e 1952 sucedera outra maior, a de 1958, exigindo medidas drásticas do governo federal. O país atravessava, então, a euforia desenvolvimentista dos anos Juscelino Kubistchek, os famosos ‘anos dourados’ desenvolvimentistas impulsionados pela construção de uma nova capital no país, construída a partir do zero nas terras cristalinas do Planalto Central, no longínquo Estado de Goiás, coração do Brasil. Segundo relata o próprio Celso Furtado, sua experiência de trabalhos técnicos efetuados para diversos governos da América Latina o havia convencido de que simples reformas administrativas não conduziriam o país a lugar algum, se não fossem acompanhadas de efetiva reformulação de toda a política em suas relações. Portanto, não se tratava de reformular o DNOCS, sucessor da antiga Inspetoria de Secas (século XIX), criado em 1909.¹⁵ Como assinalado dez anos depois pelo Deputado Federal por Pernambuco, Marcos Freire, Líder do MDB, Partido de Oposição ao Governo na Câmara dos Deputados, em discurso de defesa da SUDENE proferido a 05 maio 1971, até a criação desta Superintendência por Celso Furtado, a atuação do poder público no Nordeste se caracterizara por desordenação, corrupção e ineficiência. “Desordenação” afirma, devido à multiplicidade de órgãos federais atuando de forma descoordenada nos vários setores e retirando do Governo Federal a necessária unidade de ação administrativa; “Corrupção”, através dos grupos políticos que monopolizavam e manipulavam verbas em seu próprio proveito; “Ineficiência” porque a atuação desses órgãos era feita apenas segundo o enfoque superado de preocupação com obras de engenharia e hidráulica, através da construção de estradas e açudes e que trouxeram descrédito ao próprio DNOCS.

Desde o golpe militar de 1964, porém, a SUDENE idealizada por Celso Furtado começaria a ser descaracterizada. O processo se acelerou no período do governo do General Garrastazu Médicis e seu superministro, o economista Delfim Netto. A partir do I PND, a SUDENE começou a sofrer progressivo esvaziamento

¹⁵ Idem., pp. 54-58.

orçamentário, fato agravado pelo desvio dos recursos de incentivo fiscais, criados em 1961 e em 1963 por Furtado, à frente do Ministério do Planejamento (Artigo 34, Lei 3.995/14 de Dez. 1961 e Artigo 18, Lei 4.239 de 27/06/1963). O mecanismo 34/18, que permitia destinar parte do Imposto sobre a Renda individual à industrialização do Nordeste, entretanto, favoreceu a região, com a transferência de recursos que adicionados aos recursos dos investidores privados e do sistema financeiro, permitiram a aprovação pela SUDENE de 830 projetos de implantação e modernização de empresas industriais na região, até Dez. 1970. Destes projetos, noventa já se encontravam implantados e em funcionamento¹⁶.

Os quadros abaixo integram o texto do discurso de Freire e revelam o crescimento do PIB do Nordeste em decorrência da política desenvolvida pela SUDENE, bem como os cortes sucessivos de recursos, feitos pelo Ministério da Fazenda, e desviados para outras regiões e finalidades.

QUADRO I. CRESCIMENTO DO PIB (%)

Períodos	Taxas globais		Taxas 'per capita'	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
1957/1961	7,0 %	4,2 %	3,9 %	2,0 %
1962/1966	3,6 %	5,2 %	0,6 %	2,9 %

Fonte: Relatório SUDENE, em: Freire, Marcos. *Loc.cit.* p.7.

QUADRO II. CORTES NOS RECURSOS
(NCR\$ MILHÃO)

Anos	Recursos previstos (a)	Recursos recebidos (b)	% b/a
1966	144.460	119.737	82,8 %
1967	248.255	102.142	41,0 %
1968	348.480	147.409	42,0 %
1969	183.417	141.759	77,3 %
1970	218.748	123.922	56,7 %
Total	1.143.360	634.969	55,53 %

Fonte: Relatório SUDENE, em: Freire, Marcos. *Loc.cit.* p.14.

¹⁶ Dep. Marcos Freire, *Papel da Sudene na problemática do Nordeste*. Discurso proferido na sessão de 05/maio/1971. Brasília: Depto. Imprensa nacional, 1971. [Separata. 24 p.]; Idem. Freire, Marcos. *Oposição no Brasil, hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

No entanto, a SUDENE de Celso Furtado, teria independência suficiente inclusive para modificar a anacrônica estrutura política regional. O que, sem dúvida, atingia os interesses do secular poder dos “coronéis”, chefes locais nordestinos que controlavam a região. Esclarece Furtado, em entrevista concedida ao *Jornal O Globo*, em 1979, intitulada “A SUDENE não seria apenas mais um órgão técnico burocrata”. “Concebemos uma SUDENE que pudesse se transformar num movimento para restaurar ao Nordeste uma posição política que lhe garantisse algum peso dentro do país”¹⁷. Era sua convicção de que o Nordeste, como parte importante da nação brasileira, poderia existir a partir de seu próprio capital político.

QUADRO III. ALTERAÇÕES DO MECANISMO DE INCENTIVOS FISCAIS DA SUDENE
 (RECURSOS DO 34/18)

Beneficiados	Antes 1964 (%)	1970 (%)	1971 (%)
SUDENE	100,0	50,0	35,0
SUDAM	–	25,0	17,5
Pesca	–	15,0	10,5
Turismo	–	5,0	3,5
Reflorestamento	–	5,0	3,5
Transamazônica	–	-	30,0
	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório SUDENE, em: Freire, Marcos. Loc.cit. p. 17.

QUADRO IV. PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS DA SUDENE
 NOS INVESTIMENTOS DO NORDESTE

ANOS	%
1965	14,7
1966	14,2
1967	10,0
1968	12,1
1969	9,1
1970	6,8

Fonte: Relatório SUDENE, em: Freire, Marcos. Loc.cit. p.16.

¹⁷ Entrevista de Celso Furtado, *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 08/07/1979, O País, fl. 8.

Entretanto, podia constatar que a região economicamente desaparecera na primeira metade do século XX, passando a viver dos “pedidos de ajuda” do governo federal. Para que a SUDENE se transformasse em órgão planejador e executivo forte, quando de sua fundação, Furtado propusera unir os interesses em torno de um Conselho executivo composto pelo Superintendente e os Governadores dos 9 Estados da região, que haviam sido legitimados por eleições democráticas, não transformados em meros funcionários nomeados pelo governo federal¹⁸. Cabia ao Superintendente, como representante diretamente nomeado pelo Presidente da República, colocar todos os problemas da região ao nível das prioridades nacionais. Entretanto, esta trajetória fora interrompida em 1964 e a SUDENE, politicamente esvaziada, se desviara dos objetivos de sua criação. Furtado é categórico ao se referir às transformações sofridas pelo órgão,

Transformaram, no entanto, o superintendente da SUDENE num funcionário do Ministério do Interior, subordinado ao ministro; isso não tem nada que ver com o que planejamos. É preciso compreender que essa SUDENE é outra. A de 20 anos atrás representava um momento político brasileiro, uma forma de ver o Nordeste. A de hoje é outra forma de ver, num outro momento. Mas nem de longe pode lembrar a nossa SUDENE¹⁹.

Concentrado na construção da nova capital de Brasília, até 1958 Juscelino Kubistchek pouco fizera durante seu mandato para atender às prementes necessidades do Nordeste e de outras regiões. A seca de 1958, entretanto, exigia medidas drásticas, obrigando-o a adotar nova postura. O que favorecera a boa acolhida às sugestões de Furtado, convencendo-se de que em nada adiantaria continuar a manter as políticas assistencialistas de seus antecessores. Ao contrário, Furtado lhe acenava com a criação de um novo órgão de planificação regional - a SUDENE - diretamente ligado à Presidência e dotado de autonomia suficiente para atuar de forma decisiva na região. Entretanto, mesmo em regime de urgência, a SUDENE somente pode ser fundada em dezembro de 1959 (Lei 3.962, de

¹⁸ Esta longa entrevista foi dada durante o regime militar, ocasião em que o AI-5 impediu eleições diretas democráticas no país.

¹⁹ Furtado, Celso. *Ibidem*. Os grifos são nossos. Surgindo com fim específico e exclusivo de promover o desenvolvimento do Nordeste, em decorrência do golpe militar a SUDENE não teve apenas os seus recursos desviados e reduzidos em termos absolutos, mas ainda perdeu a capacidade de definir projetos e destinação dos recursos assinalados pelo I Plano Diretor e que deveriam beneficiar exclusivamente empresas de capital 100% nacional. Em decorrência, os recursos do 34/18, já escassos, capitalizaram grandes grupos econômicos, internos e externos, tais General Electric, Kibon, Alpargata, White Martins, Fives Lille, Alcan, Ray-O-Vav, Vulcan, Springer, Admiral and Son, GoodYear, Elekeiroz, etc. Entretanto, a estrutura agrária permaneceu intocada. Freire, Marcos, *ibidem*, p. 8.

15/12/1959).

Entretanto, Furtado foi autorizado por ele a reunir uma equipe de colaboradores (alguns, como o sociólogo Francisco de Oliveira, com experiência de atuação no Banco do Nordeste), convidados a realizarem com ele os estudos preliminares do diagnóstico regional e estabelecer as diretrizes básicas para o projeto que ficou conhecido como *Operação Nordeste*. “O que almejamos, afirma, o que pretendemos, é modificar a tal ponto a maneira de encarar o problema, que não seja possível voltar atrás”²⁰.

Esta palestra de Celso Furtado é pouco conhecida nos dias atuais. Felizmente o texto foi publicado na íntegra, juntamente com os debates, nos Cadernos do MEC/ISEB, sob título *A Operação Nordeste*, e traz a análise-diagnóstica e as indicações preliminares efetuadas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, coordenado por Celso Furtado, registrando o pioneirismo no tratamento global dado pela primeira vez, no Brasil, a um problema regional²¹.

A análise registra a enorme discrepância da distribuição de renda do Nordeste em relação ao país, USD\$ 96 *per capita*, 1/3 menor do que a média de renda da região centro-sul, e taxa de crescimento de apenas 1,5% do PIB. Porém esta região de baixa produtividade era também uma das mais densamente povoadas, compreendendo 30 milhões de habitantes. O Brasil, analisa Furtado, embora possuísse formação histórico-cultural comum (povo, língua, religião e tradições) se formara politicamente como nação, apesar da escassa integração de suas regiões, desarticuladas umas das outras. O país nascera inserido na lógica da divisão social internacional do trabalho, imposta pela Metrópole portuguesa, responsável pelo povoamento e implantação das economias do açúcar (Nordeste meridional), do algodão (Nordeste setentrional) e da mineração (região central e Minas Gerais). No momento da independência (1822), o país formava “uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados”, unidos por vínculos políticos e interligados à economia europeia. Todavia no século XX, continuava imperando as velhas relações de comércio, que integravam as regiões (e seus produtos primários) com os países centrais, verdadeiras “pequenas feitorias” distribuídas por todo o extenso território, tendo como centros principais o açúcar, no Nordeste, e o café, no Sudeste. Somente no final do século a região Norte se integrou no processo, com a borracha como centro de sua economia.

²⁰ Furtado. Palestra em 13/06/1959, Rio de Janeiro: ISEB, curso “Introdução aos Problemas Brasileiros” para oficiais das Forças Armadas. Texto publicado sob título *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959.

²¹ Celso Furtado já publicara, em 1956, um pequeno mas importantíssimo estudo intitulado *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956, em que analisava os efeitos da crise de 1929 sobre a economia brasileira, esboçando de forma mais completa a ruptura e transformação estrutural do sistema exportador, cerne de sua teoria de substituição de importações.

Se esta era a realidade do desenvolvimento econômico do século XIX, até a crise de 1929 o país continuava a apresentar uma articulação ainda maior destas “ilhas” com o exterior. Tal articulação se fazia sobretudo em torno do Sudeste, região cujo crescimento se apoiava no café, em decorrência de que logrou um impulso mais duradouro para a formação do mercado interno brasileiro. Assim, quando das crises do final do século XIX e início do século XX, o mercado internacional do açúcar entrou em colapso, a sobrevivência da economia açucareira tornou-se possível graças à reserva de mercado interno existente para esse produto tanto no Sudeste como no Centro-Sul do país. Caso análogo ocorreu após o colapso da borracha (1913), devido ao plantio sistemático de seringueiras no sudeste asiático, para onde fora levada pelos ingleses que retiraram as mudas do Brasil. Porém, apesar destes períodos de dificuldades, o café conseguira garantir mercado e estabilidade maior para seu produto do que os de outras regiões. Quanto à região meridional, ela fora também favorecida pela expansão do mercado interno cafeeiro, que se abriu para os excedentes de arroz, trigo, vinhos etc, produzidos nos estados do Sul²². Sem embargo, a análise vai além da constatação histórica destes fatos.

Ao contrário dos historiadores e economistas que o precederam, observa que esta forma de articulação das regiões, trazia o germe dos problemas maiores enfrentados pelo Brasil cinquenta anos depois, já que o país continuava a reproduzir o mesmo esquema da divisão geográfica do trabalho, que viciava o desenvolvimento das nações em toda a economia capitalista mundial. Ou seja, o sistema de dominação centro-periférico, metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas se reproduziam internamente. Este fato explicava as crescentes dificuldades regionais existentes, já que o Brasil não constituía um sistema único de desenvolvimento²³.

Avaliando os problemas da região Nordeste, Furtado assinala a existência de duas zonas econômicas distintas: uma zona de economia de subsistência e uma zona de economia monetária. A zona de subsistência se concentra no *hinterland* semi-árido, habitado por cerca de 12 milhões de habitantes (1959) que ocupavam 1 milhão de km². Esta enorme área abrange quase todo os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, grande parte dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia, e uma pequena parte do Piauí, Sergipe e Alagoas. A fazenda típica sertaneja, descreve, combina a pecuária com o cultivo do algodão-mocó, de baixíssimo rendimento. O trabalho assalariado na pecuária está associado à meação na agricultura²⁴, em terras que em geral não pertencem ao trabalhador. Os salários não são propriamente monetários, mas os “moradores” são meeiros na produção e venda do algodão e têm

²² Idem, *Operação Nordeste*. pp. 11-13.

²³ Idem, p. 12.

²⁴ Trata-se do sistema de meação regionalmente conhecido por “cambão”, que endivida e escraviza o trabalhador a terra.

direito ao uso de pequeno pedaço de terra para sua subsistência e da família. Nos anos de bonança, sem seca, o trabalhador pode combinar a venda do algodão com os produtos de subsistência. Escreve:

E aí se fecha a economia. Ele planta para comer, mas também possui renda monetária. Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população na caatinga. E foi esse aumento populacional que transformou a seca na grande calamidade social dos últimos três quartos de século²⁵.

Daí sua apreensão quanto ao destino da própria nação brasileira e seu povo, pois:

Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração²⁶.

Esta apreensão não é simples intuição primária. Alerta para “a tendência das economias industriais, em razão de sua forma de crescer, a inibir o crescimento das economias primárias (...) esse mesmo fenômeno está ocorrendo dentro de nosso país”²⁷.

Sem embargo, Furtado não foi o primeiro estudioso a analisar os efeitos das relações centro/periferia interna no país, desde o Império oriundo das políticas de favorecimento político desigual praticadas pelo poder central. Caio Prado Jr., em importante estudo sobre as dissensões políticas e as revoltas regionais que no século XIX ameaçaram a unidade territorial do Brasil, já demonstrara sua origem na excessiva centralização decorrente da forma da constituição do Império brasileiro, dividindo as facções dos partidos em federalistas e unitaristas²⁸. Entretanto, Furtado será o primeiro a teorizar as relações centro/periferia dentro de um mesmo país. Nesta palestra, dos anos cinqüenta, demonstra ser a economia canavieira o “sistema subdesenvolvido mais importante do Brasil (...) na forma em que se apresenta hoje em dia – o Nordeste”²⁹. Identifica e isola o sistema econômico nordestino do Piauí à Bahia, do sistema econômico do Sudeste e Sul do Brasil. Observa ser o ritmo de

²⁵ *Ibidem*, pp. 28-29.

²⁶ *Idem*. p. 13.

²⁷ *Idem*.

²⁸ Gadelha, Regina Maria A.F. “Le capital commercial et la proto-industrialisation du Brésil. Pernambouc au XIXe. siècle”, em: Bourillon, Florence et al., *Des économies et des hommes*, Paris, 2006. pp. 273-283.

²⁹ *Idem*. *A operação Nordeste*. p. 14.

crescimento desta região, com epicentro no Estado de São Paulo, mais intenso do que no Nordeste e evidencia os desequilíbrios provocados pelas políticas macroeconômicas com reflexo na estagnação e conseqüente queda da participação da região no PIB brasileiro, caindo de 30% (1939) para apenas 11% (1959), revelando a crescente disparidade que se agravava a cada dia. Era possível que esta disparidade já houvesse atingido um nível de difícil reversibilidade, afirma, pois “a dificuldade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza”³⁰.

De fato, a queda permanente do PIB da região apenas registra a estagnação da economia nordestina face ao desenvolvimento do país, decorrente da ausência de modernização de suas estruturas, que guardam até hoje aspectos arcaicos. Explica igualmente a tendência à desigualdade no sistema capitalista industrial, quando este se institucionaliza e forma classes, fato que não ocorria somente em diferentes sociedades, mas também entre as regiões de um mesmo país. “Quando a desigualdade entre níveis de vida de grupos populacionais atinge certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível”, afirma³¹.

Isto se dá porque no capitalismo são os grupos econômica e tecnologicamente mais poderosos que detêm o comando da política, tornando extremamente difícil a atuação independente dos órgãos administrativos políticos. Por outro lado, quando uma economia subdesenvolvida cresce – como o caso de São Paulo – os salários não tendem a crescer com a produtividade, pelo simples fato de que sempre há uma alta oferta nacional de mão-de-obra (reserva da força-de-trabalho), pressionando e impedindo a organização da classe dos trabalhadores. Entretanto, nos países centrais, à medida que a economia alcança maior grau de desenvolvimento, este excedente disponível pode ser absorvido dentro do próprio estado nacional. No caso do Brasil, porém, mesmo em uma economia como a de São Paulo, ainda existia margem substancial para oferta de serviços e tarefas simples de todo tipo, que amanhã seriam eliminadas pela mecanização³². Somente após vencer esta etapa, os salários de São Paulo passariam a pressionar e então os trabalhadores paulistas poderiam se organizar. Portanto, se nas primeiras etapas do desenvolvimento o fator escasso é o capital, nas fases mais avançadas o capital passa a ser relativamente abundante e a mão-de-obra escassa³³.

Esta análise de Furtado mantém sua atualidade em nossos dias. Na ocasião, porém, prevê que se no Brasil, país de grande extensão geográfica, tal fenômeno viesse a ocorrer sem que tivessem sido corrigidas as grandes distorções regionais, a formação de grupos de interesses tão antagônicos, em um mesmo país, poderiam vir

³⁰ Id.

³¹ *Ibidem*, p. 15.

³² De fato, isso ocorreu ainda no final dos 60, a partir do I PND, com o “milagre brasileiro”.

³³ *Ibidem*, pp. 15-16.

a ameaçar a maior conquista de nosso passado colonial – a de nossa unidade territorial³⁴. Palavras proféticas para nossos dias.

III. PLANO DE AÇÃO E A OPERAÇÃO NORDESTE

O Plano de Ação da Operação Nordeste se baseia no diagnóstico de que se havia desenvolvido, na região semi-árida da caatinga, uma economia extremamente vulnerável à seca e por isso inadequada ao meio. Os estudos indicavam que sendo pobre a base agrícola da economia do Nordeste, todos os esforços deviam ser envidados para ampliar esta base, sendo portanto necessário um maior conhecimento dos recursos da região. “Só mediante persistente estudo do meio, do desenvolvimento de técnicas agrícolas adaptadas às regiões tropicais, teria sido possível criar no Nordeste condições para a formação de uma economia de alta produtividade”³⁵. No entanto, o Nordeste abandonar os estudos de base: “Ao invés de haver procurado conhecer melhor o meio e de desenvolver técnicas de produção próprias, limitamo-nos a transplantar soluções”³⁶. Para solucionar o problema, era necessário desenvolver três linhas de atuação:

1. Criar uma economia de maior produtividade e resistente à seca.

Para isso era necessário não apenas a mobilização de crédito e assistência técnica, como ainda aprofundar os estudos para melhor conhecimento da região e seus recursos de água superficial e subterrânea, bem como de sua flora. Considera que para a reorganização da economia da caatinga por outra vegetação de maior produtividade seria necessário a redução do rebanho em algumas zonas, já que a sobrecarga animal não somente prejudicava o cultivo algodoeiro como tornava o sistema mais vulnerável à seca.

2. Ampliar os estoques úmidos das zonas de fronteira do Nordeste.

Sendo previsível que a reorganização da economia da caatinga geraria excedentes populacionais, estes deveriam ser mais bem redirecionados e aproveitados em outras partes. No passado, o homem na caatinga penetrara até onde o gado podia avançar. Esta penetração fora detida nos contrafortes da selva setentrional. Mas hoje em dia já se dispunha de outras técnicas e se poderiam transpor esses contrafortes.³⁷

Podemos fazer crescer o Nordeste. Podemos incorporar ao Nordeste precisamente aquilo que lhe falta: terras úmidas, terras com invernos regulares. Isso

³⁴ *Ibidem*, p. 16. Embora fuja à temática que estamos abordando, este nos parece ser ainda um dos graves perigos nacionais.

³⁵ *Ibidem*, p. 32.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Trata-se da zona de florestas do Maranhão, onde efetivamente a SUDENE iniciou os primeiros ensaios de colonização e assentamento de pequenos proprietários rurais.

que o homem, com a técnica mais ou menos primitiva do século XIX, não conseguiu fazer, cabe-nos realizar agora, abrindo estradas adequadas, colonizando, organizando uma economia adaptada ao meio³⁸.

3. A terceira linha de ação sugerida é a da *industrialização*, provocada pelo forte aumento dos investimentos industriais na região.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prognóstico de Furtado é preciso: A industrialização não pode ser um simples postulado *a priori*, mas decorrência da própria evolução da economia de uma região.

Entretanto, o principal objetivo desta linha de atuação era contribuir para a absorção da grande massa da população excedente, que se concentrava nas zonas urbanas do litoral. O estudo estimava a taxa de PEA da população do Nordeste em mais de meio milhão de pessoas em idade de trabalho, quase todos sem qualificação ou serviço, perambulando pelas cidades do Nordeste. Processo indicador do “inchamento das cidades”, termo criado pelo sociólogo Gilberto Freyre nos anos 50, para designar o processo migratório anual de milhares de trabalhadores rurais nordestinos, que se amontoavam nos ‘mocambos’ favelados da cidade de Recife e em outros lugares. Processo, portanto, anterior aos anos sessenta, quando esta migração se redirecionou para a região Sudeste, em demanda das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1959, porém, ainda era possível pensar em um equilíbrio mais harmonioso da sociedade brasileira, quando Furtado defendia não somente a viabilidade econômica da industrialização local nordestina, como o fato de que muitas indústrias concentradas no Sudeste seriam economicamente mais viáveis deslocadas para o Nordeste. “Não deixa de ser significativo, assegura, que a indústria nordestina tenha sobrevivido nos últimos 20 anos – sobretudo nos últimos 10 anos – não obstante a ação governamental lhe tenha sido adversa (...)”³⁹.

De fato, estudos recentes sobre a industrialização da região estão a demonstrar que este processo não apenas antecedeu, como ainda, nas primeiras décadas do século XX, suas indústrias competiam com as do sudeste e do centro-sul do país, como se pode observar no Censo estatístico Industrial de 1907⁴⁰. A análise do Plano de Ação, proposto na Operação Nordeste, da SUDENE, se devidamente aplicada, teria sido verdadeiramente revolucionária. O que explica muito dos problemas que, nos anos seguintes, a SUDENE enfrentou, bem como as perseguições sofridas pelo homem que a idealizou e os membros de sua equipe, após

³⁸ Ibidem, p. 33.

³⁹ Idem, p. 34.

⁴⁰ Gadelha, Regina Maria A. F. “Le capital commercial et la proto-industrialisation du Brésil. Pernambouc au XIXe. siècle”, em: Bourillon, Florence et al., *Des économies et des hommes*. Paris, 2006, pp. 273-283.

o golpe militar de 1964. Entretanto, em nossos dias, estes diagnósticos ainda permanecem atuais e ajudam a compreender, na primeira década do século XXI, a extensão da permanência dos graves problemas estruturais do país e sua transformação em uma enorme “Belíndia”⁴¹ (mistura de Bélgica atual).

BIBLIOGRAFIA

Ab’Sáber, (2008), “Conferência”. Campinas: 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Campinas-SP: UNICAMP, www.ecodebate.com.br/2000/07/21/aziz-absaber-critica-o-projeto-de-transp.

—, (2003), *Os domínios da natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*, Ateliê Editorial, São Paulo.

—, “Nordeste sertanejo: a região semi-árida mais povoada do mundo”, *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 13 (35), pp. 60-68, 1999, entre dezenas de outros estudos.

Ab’sáber, Aziz; Rodés, Leopoldo & Zulauf, Werner, (1996), “Projeto FLORAM e desenvolvimento sustentável”, *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 10 (27), pp. 307-16.

Almeida, Rogério, (2010), “Amazônia, Pará e o mundo das águas do baixo Tocantins”. *Estudos Avançados*, USP, , Mai/Juil. 2010, 24 (68), São Paulo, pp. 291-319.

Câmara Dos Deputados, Freire, Marco, (1971), Dep. *Papel da SUDENE na Problemática do Desenvolvimento do Nordeste*, Discurso proferido na sessão de 05/Maio/1971, Departamento de Imprensa Oficial, Brasília, D.F. [Separata da Câmara dos Deputados, 24 p.].

Freire, Marcos, (1974), *Oposição no Brasil, hoje*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Furtado, Celso, (1978), *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

—, (1956), *Uma Economia Dependente*, MEC, Rio de Janeiro.

—, (1982), *A Nova Dependência. (Dívida Externa e Monetarismo)*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

—, (1959), *A Operação Nordeste*, MEC/ISEB, Rio de Janeiro.

—, (1962), *A Pré-Revolução Brasileira*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.

Gadelha, Regina Maria A. Fonseca, (1997), “Kwestia agrarna w Brazylii: ewolucja i stan obecny”, *Ameryka Łacińska*, 2, Uniwersytet Warszawski, Warszawa, pp. 44-60.

—, (2006), “Le capital commercial et la proto-industrialisation du Brésil. Pernambouc au XIXe. Siècle”, em: Bourillon, Florence et al., *Des économies et des hommes*, Paris, pp. 273-283.

—, (2004), “Pensamento hegemônico versus emancipação”, *Pesquisa & Debate*, PPGEP-PUC/SP, Jul/Dez., 15-2 (26), São Paulo, pp. 209-224.

⁴¹ “Belíndia”, termo usado em referência ao distanciamento econômico, social e político ilustrado pela Bélgica e a Índia moderna.

—, (1997), “O problema agrário no Brasil: evolução e atualidade”, *Pesquisa & Debate*, PEPGEP- PUC/SP, 9 (1-10), São Paulo, pp. 87-125.

Suassuna, João, (2010), *O ano de 2010 e o futuro do rio São Francisco*, Recife, FUNAJ, 2010. www.ecodebate.com.br/2010/02/22/o-ano-de-2010-e-o-futuro-do-rio-sao-fr.

Tundisi, José Galizia, (2007), “Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia”. *Estudos Avançados*, 21 (59), Jan./Apr. 2007, USP, São Paulo.